

São Paulo, 18 de maio de 2023.

Ao
Banco Central do Brasil

Ref.: Demonstrações Financeiras 31/12/2022

Em atendimento á Circular 3.964 de 25 de novembro de 2019, encaminhamos as Demonstrações Financeiras data base 31 de dezembro de 2022, conforme segue abaixo:

- Balanços Patrimoniais em 31/12/2022 e 31/12/2021;
- Demonstrações de Resultado em 31/12/2022 e 31/12/2021;
- Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2022 e 31/12/2021;
- Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e 31/12/2021;
- Demonstrações das mutações de patrimônio líquido em 31/12/2022 e 31/12/2021;
- Notas explicativas da administração;
- Relatório de Administração e
- Termos de responsabilidade da administração sobre as demonstrações.

Sem mais, subscrevemo-nos.



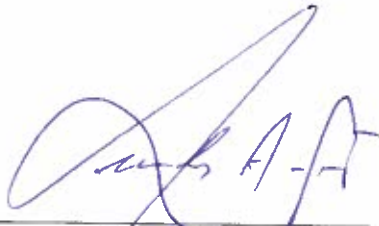
Leandro Alves Sayao Filgueira
CPF 574.973.973-20

Sérgio Abellan
CRC 166900/O-5

São Paulo, 18 de maio de 2023.

Termo declaratório
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

Declaramos ser de nossa inteira responsabilidade a apresentação das Demonstrações financeiras da BMS Sociedade de Crédito Direto S.A. CNPJ 17.826.860/0001-81, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicados de maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente.



Leandro Alves Sayão Filgueira
CPF 574.973.973-20

Sérgio Abellan
CPF 791.053.608-97
CRC ISP166900/0-5

BMS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO
S.A.

Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em Reais

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório dos auditores Independentes | 2 |
| Relatório da Administração | 6 |
| Balanços patrimoniais | 7 |
| Demonstrações dos resultados | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 11 |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
BMS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **BMS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2022** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o per findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BMS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Resultados do período:

O ajuste de R\$ 248 mil descrito na seção a seguir intitulada “Outros Assuntos”, relativo à provisão para empréstimos e direitos creditórios descontados, foi regularizado pela Sociedade no segundo semestre de 2022. Isto significa que as demonstrações financeiras do segundo semestre de 2022 estão impactadas pelos ajustes que deveriam ser efetuados no primeiro semestre de 2022. As demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não estão impactadas sobre esse assunto.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Sociedade para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022 foram por nós examinadas, as quais emitimos relatório com opinião modificada sobre essas demonstrações financeiras, que continham duas ressalvas descritas abaixo:

1. Provisão para empréstimos e direitos creditórios descontados

Em 30 de junho de 2022 a Sociedade possuía saldo de Títulos e créditos a receber de operações cedidas no montante de R\$ 375 mil, dos quais R\$ 248 mil refere-se a recompra de títulos inadimplentes de direitos creditórios. As provisões de perdas para os títulos inadimplentes adquiridos foram reconhecidas no segundo semestre do exercício de 2022. Consequentemente, em 30 de junho de 2022, os valores registrados de títulos e créditos a receber, o resultado da intermediação financeira e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 248 mil.

2. Conciliação da conta caixa

Em 30 de junho de 2022, a Sociedade possuía saldo de caixa no montante de R\$ 21 (R\$ 25 mil em 31 de dezembro de 2021). Como até a data da emissão do relatório, não foram disponibilizados informações e documentos suficientes relacionados à existência desses montantes, não foi possível determinar se há necessidade de efetuar ajustes em relação ao caixa registrado, assim como aos demais componentes das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 15 de maio de 2023.

Rodrigo Garcia Giroldo

CRC 1SP222658/O-9

Relatório da Administração

A administração da **BMS Sociedade de Crédito Direto S.A. (“BMS”)**, em conformidade com as disposições legais e estatutárias e em atendimento à exigência prevista nas normas do Banco Central do Brasil (“BACEN”), apresenta a seus acionistas, as demonstrações contábeis da **BMS** relativas ao **exercício findo em 31 de dezembro de 2022**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

A **BMS** tem como objetivos principais: operações de empréstimos, de financiamentos e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meios de plataforma eletrônica com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, prestação de serviços de análise de crédito e cobrança e participação de capital de outras sociedades, como sócia e acionistas, exceto instituições financeiras.

Ao longo do segundo semestre de 2022, a **Sociedade** auferiu um prejuízo de R\$ 816 mil dentro de um contexto desafiador no pós-pandemia no país.

A administração da **BMS** reafirma o engajamento de manter esforços para a continuidade do crescimento e sucesso dos negócios. Atualmente, a **BMS** possui indicadores de liquidez financeira adequados e suficientes consoante com sua estratégia e políticas de administração.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

A ADMINISTRAÇÃO

Leandro Sayão

Presidente

BMS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

| Ativo | | | | Passivo e patrimônio líquido | | | |
|------------------------------------|------|--------------|--------------|-------------------------------------|-----|--------------|--------------|
| | NE | 31/12/2022 | 31/12/2021 | | NE | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Circulante | | 5.625 | 6.388 | Circulante | | 1.746 | 662 |
| Disponibilidades | 4 | 1.551 | 421 | Outros depósitos | 8 | 1.020 | 56 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 5 | 68 | 24 | Conta de pagamento pré- paga | | 1.020 | 56 |
| Operações de Crédito | | 1.413 | 4.431 | Outras obrigações | | 726 | 606 |
| Empréstimos Concedidos | 6 | 3.178 | 6.509 | Fiscais e previdenciárias | 9.1 | 140 | 371 |
| (-) Provisão s/Perdas Oper.Crédito | 6 | (1.765) | (2.078) | Diversas | 9.2 | 502 | 107 |
| Outros créditos | | 2.593 | 1.512 | Provisão Passivos Contingentes | 12 | 84 | 128 |
| Diversos | 7.1 | 976 | 763 | | | | |
| Créditos Tributários | 11.a | 1.617 | 749 | Patrimônio líquido | 10 | 3.935 | 5.950 |
| Não Circulante | | 56 | 224 | Capital | | | |
| Operações de Crédito | | 4 | 180 | de domiciliados no país | | 5.000 | 5.000 |
| Empréstimos Concedidos | 6 | 4 | 180 | Reserva legal | | 263 | 263 |
| Imobilizado | | 52 | 44 | Reserva especiais de lucros | | 357 | 687 |
| | | | | Prejuízo Acumulado | | (1.685) | - |
| | | 5.681 | 6.612 | | | 5.681 | 6.612 |

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

BMS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 2022

(Em milhares de reais)

| | NE | Segundo | Exercício | |
|--|------|-----------|-----------|-----------|
| | | semestre | 2022 | 2021 |
| | | 2022 | 2022 | 2021 |
| Receitas da intermediação financeira | | 2.228 | 5.163 | 6.415 |
| Operações de crédito | 13 | 2.223 | 5.154 | 6.376 |
| Resultado de títulos e valores mobiliários | 13 | 5 | 9 | 39 |
| Despesas da intermediação financeira | | (1.095) | (2.805) | (1.445) |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | | (1.095) | (2.805) | (1.445) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | | 1.133 | 2.358 | 4.970 |
| Outras receitas (Despesas) operacionais | | (2.370) | (4.911) | (5.078) |
| Receitas de prestação de serviços | | 346 | 575 | 26 |
| Despesas de pessoal | | (490) | (899) | (767) |
| Outras despesas administrativas | 14 | (2.141) | (4.196) | (4.046) |
| Despesas tributárias | | (116) | (249) | (265) |
| Outras receitas operacionais | | 48 | 51 | 4 |
| Outras despesas operacionais | | (17) | (193) | (30) |
| Resultado operacional | | (1.237) | (2.553) | (108) |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | | (1.237) | (2.553) | (108) |
| Imposto de Renda | 11.b | - | - | (161) |
| Contribuição Social | 11.b | - | - | (67) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | | 421 | 868 | 264 |
| Prejuízo líquido do período | | (816) | (1.685) | (72) |
| Número de ações | | 5.000.000 | 5.000.000 | 5.000.000 |
| Resultado por ação em R\$ | | (0,16) | (0,34) | (0,01) |

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 2022

(Em milhares de reais)

| | Segundo semestre | Exercício | |
|---|---------------------|-----------------------|--------------------|
| | 2022 | 2022 | 2021 |
| Prejuízo Líquido: | <u>(816)</u> | <u>(1.685)</u> | <u>(72)</u> |
| Outros Resultados Abrangentes | - | - | - |
| Resultado Abrangente do Período: | <u><u>(816)</u></u> | <u><u>(1.685)</u></u> | <u><u>(72)</u></u> |

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 2022

(Em milhares de reais)

| | Segundo semestre | Exercício | |
|--|---------------------|--------------|----------------|
| | 2022 | 2022 | 2021 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido ajustado | 285 | 1.132 | 1.384 |
| Prejuízo líquido | (816) | (1.685) | (72) |
| Ajustes: | | | |
| Depreciação | 6 | 12 | 11 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 1.095 | 2.805 | 1.445 |
| (Aumento) Diminuição nos subgrupos do ativos operacionais | (344) | (736) | (1.368) |
| Títulos e valores mobiliários | (1) | (44) | 3.680 |
| Operações de crédito | 209 | 389 | (4.319) |
| Outros créditos | (552) | (1.081) | (729) |
| Aumento (Diminuição) nos subgrupos do passivos operacionais | 432 | 1.084 | 252 |
| Outros depósitos | 121 | 964 | 56 |
| Outras obrigações | 311 | 120 | 196 |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 373 | 1.480 | 268 |
| Aquisição de ativo imobilizado | (16) | (20) | (16) |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimento | (16) | (20) | (16) |
| Dividendos distribuídos | (167) | (330) | (557) |
| Caixa líquido usado nas atividades de financiamento | (167) | (330) | (557) |
| Aumento em equivalentes de caixa | 190 | 1.130 | (305) |
| Equivalentes de caixa | | | |
| No início do período | 1.361 | 421 | 726 |
| No final do período | 1.551 | 1.551 | 421 |
| Aumento em equivalentes de caixa | 190 | 1.130 | (305) |
| As notas explicativas integram as demonstrações financeiras | | | |

BMS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 2022
(Em milhares de reais)

| | Capital | Aumento de Capital | Reservas de lucros | | Lucros | Total |
|---|--------------|--------------------|--------------------|----------------------------|---------------------------|----------------|
| | | | Reserva legal | Reserva especial de lucros | ou (Prejuízos) Acumulados | |
| Saldos em 1º de julho de 2022 | 5.000 | - | 263 | 524 | (869) | 4.918 |
| Prejuízo líquido do semestre | - | - | - | - | (816) | (816) |
| Destinações: | | | | | | |
| Distribuição de lucros | - | - | - | (167) | - | (167) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 5.000 | - | 263 | 357 | (1.685) | 3.935 |
| Mutações no período | - | - | - | (167) | (816) | (983) |
| Saldos em 1º de janeiro de 2022 | 5.000 | - | 263 | 687 | - | 5.950 |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | - | - | (1.685) | (1.685) |
| Destinações: | | | | | | |
| Distribuição de lucros | - | - | - | (330) | - | (330) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 5.000 | - | 263 | 357 | (1.685) | 3.935 |
| Mutações no período | - | - | - | (330) | (1.685) | (2.015) |
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | 5.000 | - | 263 | 1.316 | - | 6.579 |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | - | - | (72) | (72) |
| Destinações: | | | | | | |
| Distribuição de lucros | - | - | - | (557) | - | (557) |
| Outras reservas | - | - | - | (72) | 72 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 5.000 | - | 263 | 687 | - | 5.950 |
| Mutações no período | - | - | - | (629) | - | (629) |

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em R\$ Mil)

1 Contexto operacional

A **BMS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.** (“**BMS**”), CNPJ nº 17.826.860/0001-81, iniciou suas atividades no ano de 2013, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Av. Santos Dumont, nº 2828, Sala 1306/1307/1308, no Aldeota, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará.

A **BMS** - tem como objetivo principal a concessão de empréstimos e financiamentos a pessoas físicas constituídos na forma de microempreendedores e empresas de pequeno porte, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional comercial ou industrial de pequeno porte, e quaisquer outras operações admitidas a sociedades da mesma natureza, equiparando-se às instituições financeiras para os fins legais.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 12 de maio de 2023, estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais (R\$), sendo o Real a moeda funcional da **BMS**.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A **BMS** reconhece os créditos concedidos e demais recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a **BMS** se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A **BMS** desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a **BMS** transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela **BMS** em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a **BMS** tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A **BMS** classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a **BMS** gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentados pela sociedade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Contas a receber de empréstimos e financiamentos

Contas a receber de créditos sob a forma de empréstimos e financiamentos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os saldos não liquidados no período contratual são reclassificados para outras operações e mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Provisão de devedores duvidosos

As operações de empréstimos e financiamentos são classificadas, em ordem crescente de risco e faixas de vencimentos, e são efetuadas com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, nos moldes da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, pontualidade e atrasos nos pagamentos e limite de crédito;

II - em relação à operação: natureza e finalidade da transação e valor.

As provisões são constituídas em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

(v) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela **BMS** na gestão das obrigações de curto prazo.

(vi) Passivos financeiros não derivativos

A **BMS** reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a **BMS** se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A **BMS** desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

(vii) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 5.000 (R\$ 5.000 - em 31/12/2021), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 5.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1 (um real).

b. Imobilizado

b.1 Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

b.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas dos itens do ativo imobilizado para o exercício são as seguintes:

| | |
|-----------------------------------|---------|
| Sistema de Processamento de Dados | 5 anos |
| Móveis e utensílios | 10 anos |

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à **BMS** em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Para as operações com créditos adquiridos a **BMS** identifica os clientes que apresentam evidências de perdas na expectativa de recebimento e atribui um percentual de provisionamento para eventuais perdas.

d. Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

e. Ativos e passivos contingentes

Referem-se a direitos e obrigações decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. Procedem, basicamente, de processos judiciais movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e também de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

f. Imposto de renda e contribuição social

A **BMS** está sob o regime tributário de lucro real, e se sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240.000 anuais. Do mesmo modo, se sujeita à contribuição social na alíquota de 9% sobre o lucro contábil, ajustado conforme a legislação vigente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2022 | 31/12/2020 |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------|
| Caixa | - | 25 |
| Conta Corrente | 1.551 | 396 |
| | <u>1.551</u> | <u>421</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa | <u>1.551</u> | <u>421</u> |

5 Títulos e Valores Mobiliários

Estão representados por aplicações com quotas de fundos de investimento, com liquidez, e totalizaram R\$ 68 (2021 – R\$ 24).

6 Operações de Crédito

Estão representados por operações de crédito sob a forma de empréstimos, que totalizaram R\$ 3.182 (2021 - R\$ 6.689).

Na data-base houve constituição de provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito, e que representa a melhor estimativa da Administração para perdas com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 1.765 (em 2021 – R\$ 2.078).

CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA POR NÍVEIS DE RISCO

| Níveis | Situação | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---------|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Operações | Provisão | Operações | Provisão |
| | | <u>3.182</u> | <u>1.765</u> | <u>6.689</u> | <u>2.078</u> |
| NÍVEL A | em dia | 1.006 | 5 | 2.232 | 11 |
| NÍVEL B | atrasos até 30 dias | 94 | 1 | 238 | 2 |
| NÍVEL C | atrasos de 31 a 60 dias | 102 | 3 | 632 | 19 |
| NÍVEL D | atrasos de 61 a 90 dias | 78 | 8 | 517 | 52 |
| NÍVEL E | atrasos de 91 a 120 dias | 84 | 25 | 865 | 259 |
| NÍVEL F | atrasos de 121 a 150 dias | 100 | 50 | 703 | 352 |
| NÍVEL G | atrasos de 151 a 180 dias | 150 | 105 | 399 | 280 |
| NÍVEL H | atrasos de 181 a 360 dias | 1.568 | 1.568 | 1.103 | 1.103 |

7 Outros Créditos

7.1 Impostos a Compensar

Refere-se a impostos pagos por antecipação do próprio exercício, retidos nas aplicações da Sociedade, que serão compensadas na declaração do imposto de renda da pessoa jurídica e por impostos recolhidos a maior:

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Antecipações de Imposto de Renda do próprio exercício | - | 120 |
| Antecipações de Contribuição Social do próprio exercício | - | 43 |
| Impostos recolhidos a maior | 9 | 65 |
| | <u>9</u> | <u>228</u> |

7.2 Diversos

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Adiantamentos diversos (a) | 530 | 175 |
| Devedores Depósitos Garantia | 37 | 24 |
| Títulos e Créditos a Receber (b) | 67 | 276 |
| Títulos e Créditos a Receber – Operações cedidas (c) | 756 | - |
| Devedores diversos | 12 | 60 |
| (-) Provisão para Outros Créditos | (435) | - |
| | <u>967</u> | <u>535</u> |

- a) Representado por adiantamentos salariais no montante de R\$ 5 (2021, R\$ 4), adiantamentos de comissões para prestadores de serviços no montante de R\$ 66 (Em 2021, R\$ 152) e saldos mantidos em plataformas de pagamento terceirizados utilizados pelos clientes no montante de R\$ 459 (Em 2021, R\$ 19).
- b) Representado por saldos de parcelas baixadas de clientes pelo qual os recursos financeiros serão disponibilizados no dia seguinte.
- c) Representado por saldos de parcelas repassadas para os cessionários cujas operações ainda não foram liquidadas pelos clientes.

8 Outros Depósitos

Representado pelos recursos disponíveis em nome de terceiros, mantidos em contas da BMS, com exigibilidade imediata.

Em 31 de dezembro de 2022 os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição e os valores a pagar a instituições participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento originadas de titular de conta de pagamento é de R\$ 1.020 (Em 2021, R\$ 56).

9 Outras Obrigações

9.1 Fiscais e Previdenciárias

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Imposto de renda sobre o lucro | - | 161 |
| Contribuição social sobre o lucro | - | 66 |
| Imposto sobre operações financeiras (a) | 81 | 91 |
| Impostos e contribuições de terceiros | 12 | 14 |
| Impostos e contribuições sobre salários | 24 | 17 |
| PIS, a COFINS e ISS próprio | 23 | 22 |
| | <u>140</u> | <u>371</u> |

- a) Representado pelo imposto sobre operações financeiras – IOF retidos dos clientes tomadores de empréstimos e IOF retido de operações com cédula de crédito bancário - CCB.

9.2 Diversas

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Provisão para pagamento a efetuar – Despesas com pessoal | 109 | 82 |
| Provisão para pagamento a efetuar – Despesas correntes | 23 | 18 |
| Credores diversos (i) | 370 | 7 |
| | <u>502</u> | <u>107</u> |

- (i) Refere-se substancialmente a valores a serem repassados referente a créditos cedidos.

10 Patrimônio líquido

a- Capital social

O capital social, no montante de R\$ 5.000 (R\$ 5.000 - em 31/12/2021), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 5.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas.

b- Reserva de lucros***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve destinação para a constituição da reserva legal devido ao prejuízo (R\$ - em 31 de dezembro de 2021).

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos**a. Impostos Diferidos - Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social**

A **BMS** possui direitos sobre compensação de prejuízos fiscais acumulados, ao qual não foi constituído ativos diferidos desta natureza.

Por outro lado, a **BMS** possui direitos sobre despesas temporariamente indedutíveis sobre a provisão para devedores duvidosos, cuja perdas definitivas ainda não reuniu as condições de dedutibilidade permitida pelas regras do imposto de renda, tendo constituído créditos tributários de diferenças temporárias, cujo valor totaliza R\$ 1.617 (em 2021, R\$ 749).

O reconhecimento integral deste ativo decorre da avaliação pela Administração de sua capacidade de geração de lucros futuros para fazerem frente à dedução das referidas perdas, se ocorrerem, ou da reversão da provisão em caso de recuperação dos créditos.

b. Impostos Correntes

A composição dos impostos correntes é a seguinte:

| | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de Renda | Contribuição Social | Imposto de Renda | Contribuição Social |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | (2.553) | (2.553) | (108) | (108) |
| Adições | 2.990 | 2.990 | 1.519 | 1.519 |
| Exclusões | (3.592) | (3.592) | (671) | (671) |
| Base tributária | (3.155) | (3.155) | 740 | 740 |
| Alíquota IRPJ (15%) - CSLL (9%) | - | - | (111) | (67) |
| Alíquota IRPJ (10%) | - | - | (50) | - |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | (161) | (67) |

12 Provisão para contingências

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável totalizam em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 84 (31 de dezembro de 2021 R\$ 128) e risco possível totalizam em R\$ 712 (31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 238).

13 Receitas da Intermediação Financeira

As receitas de operações de crédito estão representadas, substancialmente, pelo reconhecimento dos juros aplicados sobre as operações de crédito concedidas pela **BMS**.

As receitas com títulos e valores mobiliários também fazem parte das receitas de intermediação financeira as rendas decorrentes da aplicação de recursos disponíveis, reconhecendo no período os juros incorridos.

Por fim, as receitas de prestação de serviços, estão representadas pelas tarifas cobradas de seus clientes nas operações realizadas no ano.

| | <u>2ª Semestre</u> | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | | |
| Rendas de Operações de Crédito | 2.223 | 5.154 | 6.376 |
| Resultado de Títulos e Valores Mobiliários | 5 | 9 | 39 |
| | <u>2.228</u> | <u>5.163</u> | <u>6.415</u> |

14 Outras Despesas administrativas

| | <u>2ª Semestre</u> | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Aluguel | (102) | (201) | (145) |
| Despesa de processamento | (677) | (1.307) | (1.446) |
| Serviços técnicos especializados | (59) | (140) | (105) |
| Comunicação | (21) | (47) | (68) |
| Serviços do sistema financeiro | (120) | (253) | (246) |
| Serviços de terceiros | (1.096) | (2.134) | (1.939) |
| Despesas de Propaganda e Publicidade | (4) | (7) | (2) |
| Outras despesas administrativas | (62) | (107) | (95) |
| | <u>(2.141)</u> | <u>(4.196)</u> | <u>(4.046)</u> |

15 Outras informações

- a. **Provisões para pagamentos a efetuar:** O saldo refere-se a provisões para pagamento de fornecedores referentes a despesas administrativas contratadas, com vencimento no primeiro semestre de 2023.
- b. **Despesas com pessoal:** Compostas por despesas com pessoal e respectivos encargos sociais.

16 Estrutura de gerenciamento de riscos

A **BMS** pauta sua atuação no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

Para a gestão de risco, a **BMS** mantém uma estrutura de comitê composto pelos principais executivos da sociedade.

A governança corporativa da **BMS** no que diz respeito ao gerenciamento de risco tem seu principal pilar na segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

As definições para os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional a que estão sujeitos a instituição são:

a. Risco de Mercado

Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação.

A **BMS** não tem posições em seus ativos ou passivos, sujeitas a oscilações significativas de mercado, uma vez que ativos e passivos estão, normalmente, sujeitos aos mesmos indexadores.

b. Risco de Crédito e Contraparte

A **BMS**, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomados ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O papel da **BMS** na gestão de crédito é buscar oportunidades com adequado risco versus retorno em qualquer ativo ou contraparte. É papel da **BMS** realizar o monitoramento (analisar, aprovar, definir limites e regras de acompanhamento) periódico da carteira e recomendar a concessão de créditos de acordo com a política interna.

A análise e aprovação de cada tomador, contraparte e em alguns casos da operação ou do ativo de crédito é feita pelo **Comitê de Crédito**.

O comitê avalia e aprova, define limites por emissores, setores e das operações conforme o caso. Também cabe ao comitê analisar o prêmio de risco mínimo necessário.

A periodicidade do comitê é semanal, com a participação dos gestores, compliance e sócios. O processo utilizado pelo comitê consiste na realização de análise de indicadores financeiros do devedor, da governança da empresa e da estrutura do crédito, que é feita através de materiais da emissão e demais informações disponíveis ou necessárias.

c. Riscos de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Na **BMS**, o Risco de Liquidez consiste na possibilidade de restrição da demanda pelos ativos integrantes da sua carteira. Assim, o risco de liquidez é avaliado pela capacidade de liquidar um ativo ou portfólio, e pelo impacto nos preços de mercado decorrentes da liquidação do mesmo. Além disso, deve-se avaliar a capacidade de gerar recursos para o cumprimento das obrigações decorrentes dos passivos.

Assim, os riscos de liquidez são separados em:

- **Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa:** refere-se ao perfil de descasamento do passivo e ativo de um fundo;
- **Risco de Liquidez de Mercado:** é o risco de incorrer em perdas ao liquidar uma ou mais posições devido a variações dos preços dos ativos. Quanto maior for o prazo necessário para liquidar uma posição, maior o seu risco.

A **BMS** é uma sociedade de crédito com foco na concessão de empréstimos e financiamentos a microempreendedores e empresas de pequeno porte, sendo assim no caso de operações de crédito com seus clientes que pertençam a um grupo econômico, definem-se os limites de liquidez dos ativos que serão constituídos, conforme o perfil de risco do grupo econômico.

Já a liquidez de mercado é monitorada e avaliada conforme o segmento de mercado de atuação dos clientes tomadores de crédito. Avalia-se a capacidade de liquidez do setor como um todo, monitorando as projeções econômicas e o desenvolvimento realizado nos últimos anos.

d. Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A **BMS** busca investir em desenvolvimento de sistemas e controles internos, visando limitar a ocorrência de falhas nos processos que possam gerar perdas para a empresa, mitigando assim, os Riscos Operacionais.

Rotinas de backup de sistemas, ferramentas e base de dados são realizadas diariamente pela área de TI para garantir a recuperação de dados de forma rápida e precisa das informações e de ferramentas de uso por parte da gestão.

A Diretoria tem como função assegurar o cumprimento das Regras, Políticas e Procedimentos Internos, assim como adequação dos procedimentos internos as leis e regulamentação aplicáveis pelo, Banco Central do Brasil e demais órgãos ou entidade de auto regulação. Tem a responsabilidade de divulgar e treinar continuamente os colaboradores para garantir a adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos da **BMS** e a constante avaliação e revisão dos procedimentos internos a fim de minimizar preventivamente eventuais riscos operacionais, potenciais situação de conflitos de interesse, falhas de segurança, o uso inadequado de autoridade e qualquer outro descumprimento ao Código de Ética e de Conduta e demais Políticas Internas.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

(ii) Rendas a receber de clientes, outros créditos a receber, fornecedores e outras contas a pagar

Apresentado ao valor histórico que Administração entende que se aproxima do seu valor de mercado em função do curto prazo de vencimento.

(iii) Aplicações financeiras

O valor justo das aplicações financeiras é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Não havendo cotação de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

a. Risco de taxa de juros e inflação

Decorre da possibilidade da **BMS** sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

De acordo com suas políticas financeiras, a **BMS** não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a **BMS** sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais saldos expostos a riscos de créditos são aplicações financeiras e operações de crédito a receber de clientes conforme demonstrado no balanço patrimonial.

c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a **BMS** poderia utilizar para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a **BMS** monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

d. Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a **BMS** usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A **BMS** reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras consolidadas em que ocorreram as mudanças.

A tabela abaixo apresenta os valores dos ativos financeiros mensurados ao valor justo e seus níveis na hierarquia de valor justo.

31 de dezembro de 2022

| Ativos financeiros a valor justo | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
|----------------------------------|---------|---------|---------|-------|
| Aplicações financeiras | 68 | - | - | 68 |

31 de dezembro de 2021

| Ativos financeiros a valor justo | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
|----------------------------------|---------|---------|---------|-------|
| Aplicações financeiras | 24 | - | - | 24 |

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativos financeiros ao custo amortizado | | |
| Operações de Crédito | 1.417 | 4.611 |
| Outros Créditos | 976 | 763 |
| | <u>2.393</u> | <u>5.374</u> |
| | | |
| Passivos financeiros ao custo amortizado | | |
| Outras Obrigações | 642 | 478 |
| | <u>642</u> | <u>478</u> |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve transferência entre os níveis de hierarquia de valor justo.

17 Evento subsequente

A Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes até a data de aprovação das demonstrações contábeis.